

Contabilidade Geral



Redução ao Valor Recuperável de Ativos

– CPC 01.



Objetivo

O objetivo do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus **ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.**

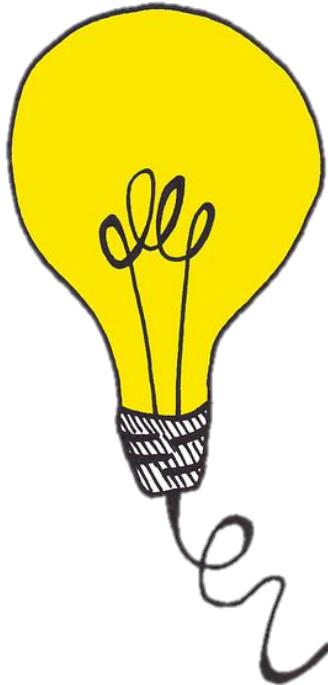
Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo.

Objetivo

Se estiver com o valor excedente, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico (CPC 01) requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização.

O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas.





A Redução ao Valor Recuperável, dar-se-á através do TESTE DE IMPAIRMENT, ou, TESTE DE RECUPERABILIDADE.

Tem como “missão” não deixar que um ativo esteja registrado contabilmente por um valor que exceda o seu valor recuperável e deve ser feito sempre que houver indícios de desvalorização ou no mínimo, anualmente.

Alcance

O teste deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, EXCETO:

- (a) estoques;
- (b) ativos de contrato e ativos resultantes de custos para obter ou cumprir contratos que devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente;
- (c) ativos fiscais diferidos;
- (d) ativos advindos de planos de benefícios a empregados;
- (e) ativos financeiros que estejam dentro do alcance do CPC 48 – Instrumentos Financeiros;
- (f) propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo;



Alcance

- (g) ativos biológicos relacionados à atividade agrícola dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de vender;
- (h) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro; e
- (i) ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.



Definições

Para entendermos a estrutura, é importante conhecermos os termos utilizados e seus significados, veja a seguir:

Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Depreciação, amortização e exaustão é a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativos durante sua vida útil.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.



Definições

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Valor recuperável de um ativo é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Vida útil é:

- (a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar um ativo; ou
- (b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter do ativo.

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Avaliações

A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:

Avaliações

- (a) testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e
- (b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios.



Reconhecimento e mensuração

Se o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo.

A perda por desvalorização de ativo não reavaliado deve ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Entretanto, a perda por desvalorização de ativo reavaliado deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (na reserva de reavaliação) na extensão em que a perda por desvalorização não exceder o saldo da reavaliação reconhecida para o mesmo ativo. Essa perda por desvalorização sobre o ativo reavaliado reduz a reavaliação reconhecida para o ativo.

Reversão de perda por desvalorização

O aumento do valor contábil de um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), atribuível à reversão de perda por desvalorização não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

Qualquer aumento no valor contábil de um ativo, acima do seu valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso a perda por desvalorização para o ativo não tivesse sido reconhecida em anos anteriores é considerado uma reavaliação. Se, e nas situações em que a legislação brasileira permitir, a entidade deve aplicar os Pronunciamentos específicos voltados à matéria.



Reversão de perda por desvalorização

A reversão de perda por desvalorização de um ativo, deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período, a menos que o ativo esteja registrado por valor reavaliado de acordo com outro Pronunciamento. Qualquer reversão de perda por desvalorização sobre ativo reavaliado deve ser tratada como aumento de reavaliação conforme tal Pronunciamento.

A reversão de perda por desvalorização sobre ativo reavaliado deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes sob o título de reserva de reavaliação. Entretanto, na extensão em que a perda por desvalorização para o mesmo ativo reavaliado tenha sido anteriormente reconhecida no resultado do período, a reversão dessa desvalorização deve ser também reconhecida no resultado do período.

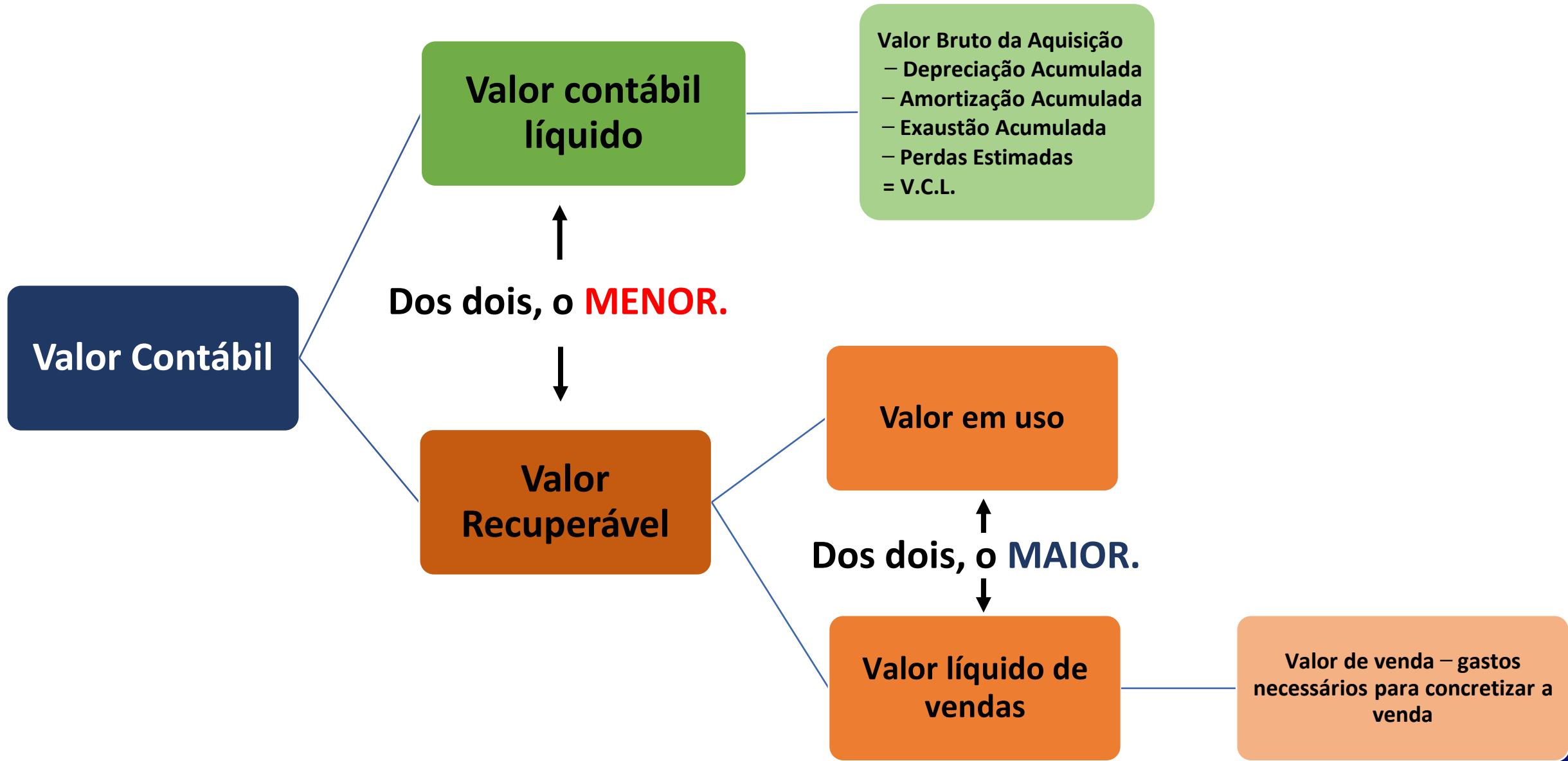


Divulgação

A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:

- (a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas;
- (b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas;
- (c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e
- (d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período.

Teste de Recuperabilidade



Depreciação, amortização e exaustão.



Depreciação

Cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciado separadamente.

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

- A depreciação é reconhecida mesmo que o valor justo do ativo exceda o seu valor contábil, desde que o valor residual do ativo não exceda o seu valor contábil. A reparação e a manutenção de um ativo não evitam a necessidade de depreciá-lo.
- O valor depreciável de um ativo é determinado após a dedução de seu valor residual. Na prática, o valor residual de um ativo frequentemente não é significativo e por isso imaterial para o cálculo do valor depreciável.
- O valor residual de um ativo pode aumentar. A despesa de depreciação será zero enquanto o valor residual subsequente for igual ou superior ao seu valor contábil.

- O método de depreciação utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros.
- O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão de consumo previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

- **Redução ao valor recuperável de ativos**

Para determinar se um item do ativo imobilizado está com parte de seu valor irrecuperável, a entidade aplica o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Esse Pronunciamento determina como a entidade deve revisar o valor contábil de seus ativos, como determinar o seu valor recuperável e quando reconhecer ou reverter perda por redução ao valor recuperável.

- **Baixa**

O valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado:

- (a) por ocasião de sua alienação; ou
- (b) quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.

ESQUEMA DE DEPRECIAÇÃO

+

=

-

||

• ÷

||

• ÷

=

× ou

Questões

1. FCC - AGC (Pref Recife)/2019 A Cia. Incorpórea tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R\$ 520.000,00 era composto por:

Custo de aquisição R\$ 650.000,00.

Perda por desvalorização (reconhecida em 2016) R\$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

Valor em uso R\$ 470.000,00.

Valor justo líquido de despesas de venda R\$ 670.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Incorpórea, em 31/12/17,

- a) não fez nenhum registro contábil.
- b) reconheceu um ganho no valor de R\$ 130.000,00.
- c) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- d) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000,00.
- e) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.

2. CEBRASPE (CESPE) - AFRE (SEFAZ RS)/2019 O imobilizado de certa empresa é composto pelos ativos A e B. Os dados contábeis relativos a esses ativos, em R\$, estão apresentados a seguir.

	A	B
valor de aquisição	75.000	250.000
depreciação acumulada (-)	37.500	50.000
perda por valor não recuperável (-)	0	10.000

Em razão de cenário macroeconômico recessivo, a empresa resolveu realizar o teste de recuperabilidade desses ativos, tendo constatado as informações presentes na seguinte tabela (valores em R\$).

	A	B
valor justo líquido de despesa de venda	34.000	205.000
valor em uso	36.000	185.000

Nessas condições, o procedimento contábil necessário é

- a) constituir R\$ 1.500 para perda de recuperabilidade do ativo A, baixar toda a perda relativa ao ativo B e baixar mais R\$ 5.000 de sua depreciação.
- b) constituir mais R\$ 8.500 em perda por valor não recuperável, dos quais R\$ 3.500 sejam relativos ao ativo A e R\$ 5.000, relativos ao ativo B.
- c) reverter toda a perda por valor não recuperável do ativo B e registrar perda de R\$ 1.500 para o ativo A.
- d) manter os saldos atuais, pois eles já refletem o valor recuperável dos ativos.
- e) registrar R\$ 3.500 por perda de recuperabilidade do ativo A.

- 3. NC-UFPR - Prof NU Jr (ITAIPU)/2019**) Pelo CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica, é considerada a base para a realização do teste de recuperabilidade de um Ativo:
- a) a impossibilidade de que qualquer ativo seja registrado na contabilidade por um valor superior ao seu futuro benefício econômico.
 - b) a completude e neutralidade dos lançamentos de qualquer bem ou direito.
 - c) que nenhum Ativo seja lançado na contabilidade sem levar em consideração a ausência de erro de lançamento.
 - d) a consideração de que todos os Ativos devem ser lançados ou registrados pelo valor original.
 - e) que a informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ter tomadas pelos usuários.

4. VUNESP - AF Trib (Itapevi)/2019 Em um trabalho de asseguração realizado na Cia. A, o auditor independente observou que a referida entidade tinha efetuado o teste de recuperabilidade do valor de ativos, obedecendo às novas normas contábeis brasileiras, instituídas a partir da vigência das Leis nos 11.638/2007 e 11.941/2009. Constatou a existência física de um ativo imobilizado, adquirido pela entidade em julho de 2014 por R\$ 490.000,00 e imediatamente colocado em operação. A sua vida útil tinha sido estimada em 15 anos, e seu valor residual, em R\$ 10.000,00. Em 31.12.2018, o departamento contábil da companhia, seguindo a legislação pertinente, registrou uma perda desse ativo em função do teste de recuperabilidade respectivo, no valor de R\$ 20.000,00. Tendo feito os cálculos necessários, o auditor concluiu pela exatidão do teste realizado pela entidade. Portanto, o valor recuperável desse ativo, em 31.12.2018, correspondeu, em R\$, a

- a) 450.000,00.
- b) 326.000,00.
- c) 310.000,00.
- d) 306.000,00.
- e) 290.000,00.

Memória de Cálculo I

Valor de Aquisição (VA)	R\$ 490.000,00
Valor Residual (VR)	R\$ 10.000,00
Valor Depreciável (VD) = VA – VR	R\$ 480.000,00
Depreciação Acumulada (DA) = taxa X VD = 4,5/15 *480.000	R\$ 144.000,00
Valor Contábil (VC) = VA – DA	R\$ 346.000,00

5. FCC - AFTM (Manaus)/2019 Em 31/12/2016, o saldo líquido da conta Intangíveis evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa Invisível S.A. era R\$ 21.500.000,00, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição	25.000.000,00
(-) Amortização Acumulada	(3.500.000,00)
(=) Valor contábil	21.500.000,00

As notas explicativas dessa conta apresentavam, nessa data, as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R\$)	Amortização acumulada (R\$)	Vida útil
Patentes	17.500.000,00	3.500.000,00	20 anos
Marca adquirida	7.500.000,00	-	Indefinida
Total	25.000.000,00	3.500.000,00	-

A empresa adota o método linear para cálculo da despesa de amortização.

A empresa realizou, em 31/12/2017, o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) para os dois ativos e obteve as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Valor justo (R\$)	Valor em uso (R\$)
Patentes	Não existe	13.250.000,00
Marca adquirida	6.500.000,00	7.000.000,00

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais,

- a) 20.250.000,00.
- b) 20.125.000,00.
- c) 19.750.000,00.
- d) 19.625.000,00.
- e) 20.625.000,00.

6. FCC - Aud Fisc (SEFAZ BA)/2019 Um equipamento foi adquirido à vista, em 30/06/2017, pelo custo total de R\$ 1.500.000,00. A empresa definiu sua vida útil em 8 anos, o valor líquido de venda do equipamento no final do 8º ano foi estimado em R\$ 660.000,00 e, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (Teste de impairment) e os valores obtidos, em 31/12/2018, para a realização desse teste foram os seguintes:

- Valor justo = R\$ 1.300.000,00
- Valor em uso = R\$ 1.325.000,00

O valor da despesa para redução ao valor recuperável (despesa por impairment) registrado na Demonstração do Resultado de 2018 foi, em reais,

- a) 42.500,00.
- b) 122.500,00.
- c) 17.500,00.
- d) 147.500,00.
- e) 175.000,00.

7. FCC - Aud Fisc (SEFAZ BA)/2019 Uma patente foi adquirida em 31/12/2017 pelo valor total de R\$ 30.000.000,00. A patente poderá ser explorada pelo prazo de 20 anos e após tal período passará a ser de domínio público. Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (Teste de impairment) utilizando-se das seguintes informações sobre a patente:

- Valor em uso da patente: R\$ 25.500.000,00.
- Valor justo da patente: R\$ 24.000.000,00.

Na apuração do resultado do ano de 2018, a empresa

- a) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.000.000,00.
- b) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00.
- c) não reconheceu nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.
- d) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00, apenas.
- e) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00, apenas.

8. IESES – Prof (FUNDESJ)/2019)

_____ se refere à redução ao valor recuperável de bens ativos. Com ele, é possível descobrir quanto um ativo vale após sua utilização, obsolescência ou deterioração. Complete a frase.

- a) Valor em uso.
- b) Goodwill.
- c) Teste de propriedade.
- d) Impairment.

9. VUNESP - UNIFAI/2019) O método de depreciação deve refletir o padrão esperado no qual os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo são consumidos pela entidade. Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para alocar, de forma sistemática, o valor depreciável do ativo ao longo da sua vida útil. Tais métodos incluem

- a) dos saldos crescente, dos valores decrescentes e o direto.
- b) o indireto, o indireto e o linear.
- c) o linear, dos saldos decrescentes e o de unidades produzidas.
- d) dos valores crescentes, por unidades fabricadas e a variável.
- e) o linear, o direto e dos saldos decrescentes.

10. Instituto AOCP - PC ES/2019) A perda do valor de um ativo, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração, denominar-se-á

- a) amortização.
- b) depreciação.
- c) exaustão.
- d) avaliação.
- e) provisão.

11. Instituto AOCP - PC ES/2019) Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2014, uma máquina no valor de R\$ 130.000,00 a prazo, sendo esse valor registrado no seu ativo imobilizado. Na data da aquisição, o bem foi colocado em uso e a empresa estimou que a vida útil será de 10 anos e o seu valor residual de R\$ 30.000,00. Sabendo-se que a empresa utiliza o método linear para o cálculo da depreciação. Com base nessas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 foi, em reais,

- a) 130.000,00.
- b) 120.000,00.
- c) 110.000,00.
- d) 100.000,00.
- e) 90.000,00.

12. VUNESP - TRANSERP/2019) De acordo com as definições técnicas internacionais, depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil econômica para a entidade. Com base nessa definição, quais bens a seguir não são depreciáveis?

- a) Veículos do tipo caminhão, utilizados na entrega de mercadorias.
- b) Bens imóveis, utilizados como estabelecimento da administração.
- c) Bens móveis, utilizados em pesquisa e desenvolvimento de produtos.
- d) Prédios ou construções não alugadas.
- e) Fazendas de café, altamente produtivas

13. VUNESP - Pref Itapevi/2019) A Empresa ABCD Ltda. adquiriu em 1º de julho de 2018 um caminhão que será adicionado à sua frota de veículos. O preço pago pela empresa foi de R\$ 300.000,00. Os impostos recuperáveis desse valor foram de R\$ 80.000,00. A vida útil estabelecida para o bem, uma vez que transportará cargas pesadas foi de 3 anos e seu valor de realização será de R\$ 70.000,00 ao final de sua vida útil. O método adotado pela ABCD para depreciar seus bens é o linear. Considerando essas informações, qual o valor da depreciação acumulada, em Reais, desse bem em 31 de dezembro de 2018?

- a) 15.000,00.
- b) 18.000,00.
- c) 25.000,00.
- d) 36.666,67.
- e) 50.000,00.

14. Instituto AOCP - UFPB/2019) Assinale a alternativa que apresenta as duas formas de se calcular a quota de exaustão no caso de recursos minerais.

- a) Exaustão acelerada e exaustão de bens usados.
- b) Taxa maior que a permitida e taxa menor que a permitida.
- c) Em função do prazo (por estimativa) e em função da exploração efetiva.
- d) Métodos de quotas decrescente e método não linear.
- e) Linha reta e unidades produzidas.

15. Instituto AOCP - UFPB/2019) Assinale a alternativa que apresenta os tipos de bens que NÃO podem ser depreciados, de acordo com a Receita Federal.

- a) Veículos tipo caminhão, como caminhoneta de cabine simples ou utilitário, as bicicletas e motocicletas.
- b) Imóveis não alugados ou destinados à revenda e bens que não perdem valor (obra de arte e antiguidades).
- c) Os bens móveis utilizados nas atividades operacionais instalados em estabelecimento da empresa.
- d) Os bens móveis e imóveis próprios, locados pela pessoa jurídica que tenha a locação como objeto de sua atividade.
- e) Os bens móveis utilizados em pesquisa e desenvolvimento de produtos ou processo.